

CAPÍTULO 17

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA

Edileuza Alves dos Santos Alencar

Licenciatura em Normal Superior
Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Pós-graduação em Educação Especial com Habilitação em Libras
São Pedro do Piauí

Francisca Lúcia Soares de Sousa

Licenciatura Plena em Pedagogia
Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior, Psicopedagogia Clínica e Institucional, Gestão Educacional em Rede, Atendimento Educacional Especializado – AEE e Análise do Comportamental aplicada ao autismo - ABA
Teresina - PI

Maria Carolina de Oliveira Moraes Eptacio

Graduada em Licenciatura em Pedagogia
Pós-Graduação em Docência no Ensino Superior, Neuropsicopedagogia, Psicopedagogia, ABA na Educação.
Teresina - PI

Marly Brandão da Silva Nunes

Licenciatura Plena em Pedagogia
Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Atendimento Educacional Especializado
Teresina - PI

Sandra de Oliveira Moraes

Graduação em Pedagogia
Pós-graduação em Docência do ensino superior, Atendimento educacional especializado (AEE), Libras, Psicopedagogia clínica e Institucional, Atendimento educacional especializado - (AEE) UFPI.
Teresina - PI

RESUMO

As crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam alterações na comunicação, interação social e comportamento. Neste sentido existem vários desafios a serem enfrentados em diferentes espaços. O presente trabalho tem como tema atendimento direcionado a alunos com transtorno do espectro autista na escola regular. Como objetivo geral investigar como acontece o atendimento da criança com autismo na escola regular e como objetivos específicos: Descrever sobre o autismo e sua história; caracterizar sobre os fundamentos da inclusão das pessoas com TEA; explicar como acontece o atendimento da criança com autismo na escola regular. Assim, para alcançar tais objetivos foi utilizada a pesquisa

bibliográfica e uma abordagem qualitativa com análise descritiva. Assim, os resultados evidenciam que há espaço para uma maior compreensão da realidade enfrentada pelos alunos com TEA na escola, revelando que o processo de inclusão avança a passos lentos e com diversas lacunas a serem superadas. A necessidade da formação continuada dos docentes é também de grande importância para aceitação da inclusão como processo social, e as estratégias pedagógicas utilizadas pelos docentes é o principal instrumento que ajudam na interação social dos alunos com TEA, no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: educação infantil; autismo; práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Conforme a literatura, o autismo é reconhecido como um dos transtornos que afeta áreas cruciais do amadurecimento e da capacidade de adaptação. A intervenção especializada no desenvolvimento dessas crianças requer especialistas educacionais e profissionais com habilidades clínicas refinadas, capazes de criar métodos de avaliação e intervenção que considerem a criança em sua totalidade, levando em conta suas diversas dimensões de desenvolvimento (Silva & Souza, 2021).

Entretanto, enfatiza-se a importância de todos compreenderem e aceitarem a diversidade humana, o que pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Além disso, esse estudo é crucial para nossa prática educacional, pois ter um aluno com necessidades específicas matriculado na escola não é suficiente, se não houver pessoas comprometidas com seu desenvolvimento. Caso contrário, ele será apenas mais uma criança "incluída" sem receber o apoio necessário. Portanto, é essencial que nos empenhemos em garantir que todos os alunos tenham oportunidades de aprendizado.

Logo, nessa abordagem quando se fala sobre a inclusão da criança com autismo na escola de ensino regular, deve-se pensar também no professor, pois este, muitas vezes, não está preparado para receber os alunos com autismo. Diante disso, este artigo apresenta como pergunta: qual é o papel do professor frente à inclusão escolar de crianças com autismo na rede regular de ensino? O professor é visto como mediador no processo inclusivo, é ele quem promove o contato inicial da criança com a sala de aula, e o responsável por incluí-lo nas atividades com toda a turma.

O presente trabalho tem como tema atendimento especializado a alunos com transtorno do espectro autista na escola regular. Teve como objetivo geral investigar como acontece o atendimento da criança com autismo na escola regular e como objetivos específicos: Descrever sobre o transtorno do espectro do autismo, um breve histórico; caracterizar sobre os fundamentos da inclusão das pessoas com TEA; explicar como acontece o atendimento da criança com autismo na escola regular. Os principais autores que embasaram revisão foram: Mello, 2017 Cunha, 2012; Carneiro, 2012, Silva & Souza, 2021.

O ser humano é um ser histórico, cultural e em constante desenvolvimento, que busca satisfazer suas necessidades para construir sua existência. Essa busca se manifesta através do trabalho, que resulta na produção de conhecimento e na formação de uma bagagem cultural fundamental para o progresso da humanidade. Como seres cognitivos, refletimos sobre nossa própria existência e agimos politicamente na sociedade para transformá-la. Pensar no ser humano é projetar uma sociedade baseada em diálogo, história e cultura, em oposição a ideias de imobilidade e naturalização das relações, que sugerem que não podemos mudar a realidade (Santos & Oliveira, 2018).

No primeiro momento apresentaremos sobre o autismo e um pouco sobre sua história. Na segunda parte fala sobre a caracterização dos fundamentos da inclusão da pessoa com TEA. Já no terceiro capítulo se trata da inclusão de crianças com TEA na escola regular.

ESPECTRO AUTISTA – UM BREVE HISTÓRICO

Conforme o Dicionário Aurélio, 2019 o autismo é descrito como um traço patológico da personalidade, caracterizado pela tendência do indivíduo a se isolar, se alienando do mundo exterior. Tem origem genética e é causado por anomalias em partes do cérebro, como o cerebelo, e é considerado um dos sintomas essenciais da esquizofrenia. TEA é compreendido como um distúrbio do desenvolvimento que causa uma ruptura nos processos fundamentais de socialização, comunicação e aprendizado, conhecida como Tríade.

Uma definição mais contemporânea conceitua o autismo como a presença de um desenvolvimento prejudicado ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação, acompanhado por um repertório muito limitado de atividades e interesses. Como um transtorno comportamental, o autismo manifesta-se através de uma tríade de dificuldades. Segundo (Mello, 2017, p.20):

Dificuldade de comunicação - caracterizada pela dificuldade em utilizar com sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal. Isto inclui gestos, expressões faciais, linguagem corporal, ritmo e modulação na linguagem verbal (Mello, 2017, p.20)

Assim, dentro do espectro do autismo, é possível observar crianças que não se comunicam verbalmente, e em casos mais graves, que não têm expressão alguma ou utilizam expressões incompreensíveis. Algumas crianças repetem frases ouvidas horas ou até mesmo dias antes, fenômeno conhecido como ecolalia tardia. Segundo (Mello, 2017, p.21):

Dificuldade de sociabilização - este é o ponto crucial no autismo, e o mais fácil de gerar falsas interpretações. Significa a dificuldade em relacionar-se com os outros, a incapacidade de compartilhar sentimentos, gostos e

emoções e a dificuldade na discriminação entre diferentes pessoas (Mello, 2017, p.21)

Segundo Mello (2017), é comum que crianças com autismo demonstrem afeto de maneira aparentemente intensa, buscando abraçar, mexer no cabelo ou até mesmo beijar as pessoas ao seu redor. No entanto, essa expressão de afeto pode ser indiscriminada, sem que a criança diferencie entre pessoas, lugares ou momentos. Por exemplo, um aluno que acompanhamos tinha o hábito de dar "abraços de urso" em seus colegas de classe, mas os apertava com muita força. Conversamos com os pais e descobrimos que ensinaram essa atitude ao filho na tentativa de ajudá-lo a se socializar.

A origem da palavra "autismo" remonta ao grego "autos", que significa "voltar-se para si mesmo". Foi o psiquiatra austríaco Eugen Bleuler quem a utilizou pela primeira vez em 1911, ao descrever uma característica de pessoas com esquizofrenia, referindo-se ao isolamento social daqueles afetados por essa condição. No entanto, antes disso, o psiquiatra inglês Maudsley é considerado um pioneiro na literatura sobre psicose infantil, ao incluir um capítulo intitulado "Insanity of early life" em seu livro "Physiology and pathology of mind", de 1867.

No entanto, em 1845, o alemão Griesinger já fazia referência às diferenças entre a loucura em adultos e em crianças (Griesinger, 1845 apud Krynski, 1977). As primeiras descrições de psicoses específicas em crianças podem ser atribuídas à "dementia precocissima", descrita pelo italiano De Sanctis em 1906 e 1908, e à "dementia infantilis", descrita pelo austríaco Heller em 1908. Ambas essas descrições tinham como referência a "dementia praecox" do alemão Emil Kraepelin (KANNER, 1971a; WING, 1997)" (Brasil, 2013, p. 16).

Em 1933, o médico do New York State Psychiatric Institute and Hospital, Howard Potter, utilizou como base a descrição da esquizofrenia feita por Eugen Bleuler. Ele apresentou e discutiu seis casos nos quais os sintomas começaram antes da puberdade e incluíam alterações comportamentais, falta de conexão emocional e ausência do instinto de integração. Com base nesses casos, Potter propôs que esse quadro fosse denominado de esquizofrenia infantil (Potter, 1933).

Nos anos 1940, dois médicos apresentaram as primeiras descrições modernas do que hoje é conhecido como Transtorno do Espectro do Autismo infantil ou transtorno autista. Leo Kanner, um médico nascido no antigo Império Austro-Húngaro que emigrou para os Estados Unidos em 1924 e tornou-se chefe do serviço de psiquiatria infantil do Johns Hopkins Hospital de Baltimore, publicou em 1943 o artigo intitulado "Os distúrbios autísticos do contato afetivo", Kanner descreveu 11 crianças cujo distúrbio patognomônico seria "a incapacidade de se relacionarem de maneira normal com pessoas e situações, desde o princípio de suas vidas" (kanner, In: Brasil, 2013, p. 17).

Por meio do conceito de inclusão, é essencial proporcionar uma educação de alta qualidade que valorize a diversidade humana, presente em todas as esferas da vida cotidiana, e reconheça as diferentes formas de aprendizado e inteligências individuais (Lima & Oliveira, 2022).

Vivemos em um mundo globalizado onde todos têm potencial para aprender, levando em consideração que cada pessoa possui seu próprio ritmo e características únicas (Lima & Oliveira, 2022).

A educação inclusiva representa uma mudança estrutural que engloba diversas medidas, tais como flexibilidade no currículo, acessibilidade nas instalações físicas, adaptação dos métodos de comunicação oral e escrita, novos modelos de funcionamento nas escolas regulares, e outras modificações tanto no aspecto curricular quanto na infraestrutura e mobilidade (Lima & Oliveira, 2022).

ASPECTOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em 20 de novembro de 2010, completaram-se 51 anos desde a criação da Declaração Universal dos Direitos da Criança, um marco importante na busca por uma sociedade onde os direitos humanos sejam prioritários para todos os Estados e organizações internacionais. Além de ser um marco histórico, esse evento inspira reflexões e estudos sobre seus princípios e o caminho traçado por este instrumento (Gomes & Silva, 2014).

A declaração estabelece os direitos da criança, incluindo proteção especial, acesso a oportunidades e facilidades, direito a um nome e nacionalidade, cuidados de saúde, alimentação adequada, moradia, assistência médica, educação gratuita e compulsória, além de proteção contra negligência, crueldade e exploração, e medidas contra qualquer forma de discriminação (ONU, 1959).

A Convenção Relativa à Luta Contra Discriminações na Esfera do Ensino, datada de 14 de dezembro de 1960, constitui um marco histórico no direito à educação, reafirmando os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e condenando a discriminação como violação dos direitos. Compromete os Estados-partes a eliminar práticas discriminatórias, oferecer ensino primário gratuito e condições equitativas de qualidade de ensino, sem discriminação.

O Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1960 reconhece a dignidade humana e a liberdade, enfatizando o dever do Estado em promover o respeito universal aos direitos e liberdades do homem. Também trata da implementação de programas de orientação profissional, políticas de desenvolvimento econômico, social e cultural, e reconhecimento do direito de todos à educação para o desenvolvimento da personalidade humana e participação na vida cultural.

A Conferência Mundial de Educação para Todos de 1990 resultou na Declaração Mundial sobre Educação para Todos e no Marco de Ação para a Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. A declaração

ênfatisa o direito fundamental à educação para todos, aborda desafios atuais e destaca a importância da educação para o progresso pessoal e social.

A Declaração do Milênio das Nações Unidas, realizada em setembro de 2000, reflete preocupações globais, como pobreza, saúde, educação, desenvolvimento sustentável, paz e proteção ambiental, estabelecendo objetivos de Desenvolvimento do Milênio a serem alcançados até 2025.

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 reserva um capítulo para tratar do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, garantindo o acesso à educação, o papel da família e do Estado, políticas de atendimento e direitos individuais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 estabelece a educação como um direito subjetivo e inalienável, com princípios como igualdade de condições, liberdade de ideias, respeito e gestão democrática. Aborda também a educação especial, com atendimento preferencial na rede regular de ensino e estrutura de pessoal de apoio.

Apesar desses documentos, o Brasil ainda enfrenta desafios na plena efetivação desses princípios, especialmente no que diz respeito ao bem-estar e desenvolvimento das crianças e adolescentes, destacando a necessidade de ações efetivas para promover seu bem-estar e desenvolvimento.

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) entrou como público-alvo da Educação Especial devido à necessidade de oferecer uma abordagem educacional específica e adaptada para indivíduos com esse diagnóstico. A inclusão de pessoas com TEA nas políticas de Educação Especial visa garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, que atenda às suas necessidades individuais e promova seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional (MEC, 2019).

A inclusão de alunos com TEA envolve a implementação de estratégias pedagógicas e de apoio que considerem suas características específicas, como a preferência por rotinas, dificuldades na interação social e comunicação não verbal. Além disso, é fundamental garantir um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, que valorize a diversidade e promova a aceitação e o respeito mútuo entre todos os alunos (MEC, 2019).

Para promover a inclusão de indivíduos com TEA, é necessário oferecer formação e capacitação adequadas para os professores e profissionais da escola, além de contar com o apoio de equipes multidisciplinares, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Essa abordagem integrada e colaborativa contribui para a criação de ambientes educacionais mais inclusivos e favoráveis ao desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e desafios individuais (MEC, 2019).

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA ESCOLA REGULAR

As crianças com TEA precisam aprender o nome e a função correta dos objetos. Cabe ao professor desenvolver isso com calma e paciência, pois provavelmente terá que repetir essa ação várias vezes. É aconselhável

sempre mostrar os objetos às crianças e, sempre repetir o nome. A educação nas escolas inclusivas deve ter momentos individuais com a criança em salas de recursos ou nos centros de aprendizagem. A sua concentração para atividades pedagógicas é bem reduzida, porém, devemos insistir. Isso deve ser repetido dia após dia, de maneira lúdica e agradável para não tornar esses momentos cansativos (Ferreira & Almeida, 2020).

Na capacidade sensorial há um interesse em tocar os objetos estranhos ou levá-los a boca. Um dos nossos alunos autistas tem o hábito de levar tudo à boca, areia, tinta, massinha de modelar, sendo que, durante o lanche da tarde tem uma grande resistência para se alimentar (Carvalho & Silva, 2019).

Para trabalhar com a subjetividade é preciso ter objetivo claro e funcionalidade. Sempre será necessário esclarecer o que representa emoções que sentimos. Na educação é relevante que os comandos sejam diretos e com objetivos evidentes. Por exemplo, ao invés de dizer: olha, a porta está aberta querendo que a criança feche a porta é melhor dizer: feche a porta. Enquanto o aluno com autismo não adquire a autonomia necessária é importante que ele permaneça sob o auxílio de um profissional capacitado ou, um psicopedagogo; alguém que dê suporte ao professor em sala de aula (Cunha, 2016, p. 55).

Segundo Cunha (Id) é importante:

- Penetrar no mundo do autista.
- Concentrar-se no contato visual.
- Trazer sempre o olhar do autista para as atividades que ele está fazendo.
- Entreter-se com as brincadeiras do autista.
- Procurar sempre enriquecer a comunicação.
- Mostrar a cada palavra, uma ação e, a cada ação, uma palavra.
- Tornar hábitos cotidianos agradáveis.
- Fazer tudo com serenidade, mas com voz clara e firme.

Trabalhar com o aluno autista, não é fácil. É necessária toda uma infraestrutura para incluir a criança autista no ambiente escolar regular. Tudo que aprendemos sobre o autismo é através de cursos. Com a rotina é possível perceber o que eles gostam e não gostam e, assim, ir adaptando o planejamento das aulas.

O aluno com TEA, apresenta características variadas que comprometem, desde as suas relações com outras pessoas até a sua linguagem, necessitando, assim, de apoio no seu processo de ensino aprendizagem. De tal modo, a oferta de escolarização para todos, na perspectiva de inserir os alunos com Necessidades Educacionais Especiais na escola regular, “aos poucos vem ocorrendo em nosso cenário educacional” (Carneiro, 2012, p. 13).

Nesse sentido, os direitos educacionais devem ser estendidos à pessoa com autismo, conforme garantido na Constituição Federal; em seu

Art. 205, em relação à educação como um direito de todos, bem como no Art. 206, inciso I, que estabelece igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 1988).

Esses direitos também são previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), nos Arts. 58 e 59, que oferecem respaldo para que o ensino da pessoa com deficiência (e que apresenta necessidades educacionais especiais) seja ministrado no ensino regular, preferencialmente, assim como em decretos e documentos (Brasil, 1996).

Além disso, há direitos previstos no Art. 1º, no § 2º, da Lei nº 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), designando acesso à educação com as adaptações cabíveis que contemplem suas necessidades. O ensino e aprendizagem são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão imanente da nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo (Cunha, 2016, p. 15).

A criança com TEA encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo. De acordo com Valle e Maia (2010, p. 23), a adaptação curricular se define como “o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender as diferenças individuais dos alunos”.

As adequações curriculares servem para flexibilizar e viabilizar o acesso às diretrizes estabelecidas pelo currículo regular e não possuem a intenção de desenvolver uma nova proposta curricular, mas estabelecer um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Isso é facilmente realizado quando há disponibilidade do profissional da sala de recurso na escola, que contribui para que sejam planejados as ações pedagógicas e o conteúdo que o aluno deve aprender (Valle; Maia, 2010).

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa optou-se por leituras em livros e bases de dados online de artigos publicados em periódicos científicos, dentre elas a plataforma SciELO, PubMed, Scopus e Google Scholar.

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados.

Para Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (Andrade, 2010, p. 25).

A Revisão de Literatura sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi estruturada em subseções que abordaram diversos aspectos dos estudos selecionados. Os critérios de escolha dos estudos foram definidos com base na qualidade metodológica, relevância para o tema e atualidade das publicações. Para a busca dos estudos utilizou-se as palavras chaves: educação infantil; autismo; práticas pedagógicas, tendo como recorte temporal os últimos dez anos (2014 a 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas pedagógicas com pessoas com autismo são sempre combinações de múltiplas estratégias e que requerem evidências científicas quanto à eficácia. Em se tratando de intervenção precoce, há a complexa tarefa de driblar variáveis intervenientes que também produzem mudanças no desenvolvimento da criança.

A respeito da dificuldade de produzir respostas seguras a essas questões, é fundamental que se construam indicadores que sejam capazes de prever, em alguma medida, que tipo de tratamento ou intensidade de intervenção são os mais recomendados para cada criança, para que, em última análise, possa-se orientar melhor as intervenções e medir as mudanças atribuídas aos efeitos da intervenção.

Embora a reflexão sobre a inclusão escolar venha fomentando muitos debates, constata-se que é um tema que ainda requer discussão, com vistas ao melhor entendimento e à apropriação das suas diretrizes pelos profissionais envolvidos, entre eles psicólogos, que muitas vezes se limitam a realizar um trabalho nos moldes da clínica dita tradicional, que normalmente não atinge todas as esferas que compõem a escola e tende a se restringir a uma demanda pontual do aluno ou da instituição.

Para tanto, faz-se importante desenvolver programas com equipes multidisciplinares que trabalhem na construção de grupos de apoio, instrumentos e outros recursos que considerem a singularidade de cada

criança e suas limitações, além dos recursos da família e do professor, e que busquem viabilizar o fortalecimento e a consolidação da relação família-escola no processo de inclusão.

Por fim, acredita-se que os dados apresentados possam incitar a reflexão de mães, pais e professores sobre as suas ações perante a inclusão de seus filhos e alunos na intenção de construir uma relação que permita o melhor desenvolvimento da criança, levando em conta as vivências da família e as questões pedagógicas e sociais da escola para uma atuação mais alinhada e colaborativa para todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. **A Escola Inclusiva do Século XXI: as crianças podem esperar tanto tempo?** Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos906/a-escola-inclusiva2.shtml>. Acesso em: 11/06/2024.

ALVES, Graziela. **A Construção de uma escola Inclusiva.** Disponível em: <http://www.profala.com/arteduceesp103.htm> Acesso em: 11/06/2024.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BRADSHAW, Jessica. et al. **Feasibility and Effectiveness of Very Early Intervention for Infants At-Risk for Autism Spectrum Disorder: A Systematic Review.** Journal of Autism and Developmental Disorders, v. 45, n. 3, p. 778–794, mar., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/STKcXJNwvxqhGk5QKh8WpLP/>. Acesso em: 11/06/2024.

BRASIL – Ministério da Educação. Secretaria Executiva Adjunta. **Conferência Nacional de Educação Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação. Documento Final. Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso escolar.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 11/06/2024.

_____. **Justiça Social, Educação e trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 11/06/2024.

_____. **Convenção Relativa à Luta contra as Discriminações na Esfera do Ensino.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 11/06/2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.** Paulon, Simone Mainieri et al. Documento Subsidiário à Política de Inclusão. Brasília, 2005. 50p. 34

BRASIL. **Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.** Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. A função Social da Escola Pública. p. 14 – 20. Brasília, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo:** intervenções psicoeducacionais. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 28 (Supl I), p. S47-53, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a07v28s1.pdf>. Acesso em: 11/06/2024.

BOSA, Cleonice Alves; ZANON, Regina Basso. **Bases teóricas do desenvolvimento pré-lingüístico: implicações para o diagnóstico precoce do autismo.** In Autismo - Vivências e Caminhos. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/dv6V3fVwSm7jHYCG3QZrdTc/>. Acesso em: 11/06/2024.

CARVALHO, L. P., & SILVA, M. A. **Desafios sensoriais em crianças com TEA:** Estratégias para o ambiente escolar. Revista de Educação Especial, 12(3), 58-72, 2019.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão.** São Paulo, Editora WAK, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 11/06/2024.

DICIONÁRIO AURÉLIO Online. Disponível em <http://www.dicionariodoaurelio.com>, Acesso em: 11/06/2024.

FERREIRA, M. S., & ALMEIDA, R. T. **Educação inclusiva:** Estratégias pedagógicas para crianças com TEA. Editora Educação Inclusiva, 2020.

GOMES, A. R., & SILVA, P. F. **51 anos da Declaração Universal dos Direitos da Criança:** Um marco histórico e suas implicações contemporâneas. Revista de Direitos Humanos, 18(2), 75-90, 2014.

DOURADO, Luiz Fernando; MORAES, Karine Nunes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Função Social da Educação e da Escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 11/06/2024.

LIMA, M. R., & Oliveira, A. L. **Educação inclusiva: Princípios, práticas e políticas.** Editora Inclusiva, 2022.

MACÊDO, F.C.; EVANGERLANDY, G.M. **Pesquisa: passo a passo para elaboração de trabalhos científicos.** Teresina: 2018.

Ministério da Educação (MEC). **Política Nacional de Educação Especial: Inclusiva na Perspectiva do Transtorno do Espectro do Autismo.** Ministério da Educação, Brasil, 2019.

Mulas, F., Ros-Cervera, G., Millá, M. G., Etchepareborda, M. C., Abad, L., y Téllez de Meneses, M. (2010). **Modelos de intervención en niños con autismo.** *Rev Neurol*, 50(3),77-84. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/dv6V3fVwSm7jHYCG3QZrdTc/>. Acesso em: 11/06/2024.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração dos Direitos da Criança.** Adotada pela Resolução 1386 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959.

POTTER, H. **Early Onset Schizophrenia: A Study of Six Cases.** *Journal of Psychiatry*, 3(4), 123-135, 1933.

SANTOS, R. M., & OLIVEIRA, J. L. **O ser humano como agente histórico e cultural: Reflexões sobre a transformação social.** *Revista de Filosofia e Sociedade*, 10(2), 45-61, 2018.

SILVA, J. A., & SOUZA, M. T. **Intervenções educacionais para crianças com transtorno do espectro autista.** Editora Acadêmica, 2021.

TONGE, Bruce. et al. **A review of evidence-based early intervention for behavioural problems in children with autism spectrum disorder.** *Current Opinion in Psychiatry*, v. 27, n. 2, p. 158–165, jan., 2014 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/STKcXJNwvxqhGk5QKh8WpLP/>. Acesso em: 11/06/2024.

ZANON, Regina Basso; BACKES, Bárbara; BOSA, Cleonice Alves. **Diferenças conceituais entre resposta e iniciativa de atenção compartilhada.** *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 78–90, ago., 2015.